



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **0024209-67.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Nair Miguel**
 Requerido: **Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

NAIR MIGUEL, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento, também qualificada, alegando tenha firmado com o réu contrato de arrendamento mercantil de veículo para pagamento em 60 parcelas no valor de R\$ 626,40, no qual os juros foram calculados de forma capitalizada e sem guardar razoabilidade com a taxa média do mercado, práticas sem as quais o valor da prestação mensal seria de R\$ 563,12, reclamando ainda a utilização da tabela *price*, ilustrando a seguir com julgado no qual considerada ilegal a cobrança da tarifa de cadastro, de inclusão de gravame eletrônico e de avaliação de bem, para ao final requerer apuração de valores indevidamente cobrados como serviços de terceiro e comissão de permanência (sic.), reclamando ainda explicações *"referente a outras cláusulas de caráter adesivo, como antecipação de vencimento, comissão de permanência, TAC, TEC, taxas de emissão de boletos"* (sic.).

A ré contestou o pedido sustentando regularidade do contrato a partir da Súmula Vinculante nº 07 e das Súmula 596 do STF, além das Súmulas 382, 30, 294, 296 e 381 do STJ, defendendo a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170/2001 para concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou reiterando os termos da inicial e o feito foi instruído com prova documental.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito ao entendimento da autora, não há possibilidade de se pretender havida capitalização de juros ou aplicação dessa remuneração de forma linear, porquanto se cuide aí de dívida a ser paga em prestações de valor pré-fixado, com juros previamente calculados, o que impede o expediente de contagem de juros para soma ao capital e contagem de novos juros.

A propósito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *"no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros"* (cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹).

E assim é porque *"em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida"*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

(cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ²).

Também a respeito da aplicação da tabela *price*, conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não há ilegalidade alguma na aplicação dessa tabela: “A Tabela Price não compreende anatocismo” (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 ³).

Para finalizar, a respeito de uma possível falta de paridade da taxa de juros praticada no contrato em discussão em comparação à taxa média de mercado, cabe primeiramente destacado que o argumento não tem a mínima precisão.

Poderia a autora indicar, ao menos numérica e exemplificativamente, as taxas que o mercado praticou ao tempo da formação do contrato aqui discutido, apontando a fonte da informação, de modo a dar ares de seriedade ao argumento, pois como se sabe, “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ⁴).

Mesmo a jurisprudência mais recente não alterou tal entendimento: “*Alegação de ilegalidade da cobrança de "encargos e tarifas administrativas". Alegações genéricas. Inadmissibilidade. Ausência de impugnação específica*” (cf. Ap. nº 0055766-95.2011.8.26.0602 - 36ª Câmara de Direito Privado TJSP - 16/05/2013 ⁵).

E não é só, pois segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, “*Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma "média", exsurto, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros*” (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012 ⁶).

Rejeitam-se, portanto, os reclamos da autora em relação ao tema dos juros.

A seguir, a petição inicial é, com o devido respeito, inepta, pois não consegue articular com clareza e precisão que vícios contratuais pretende analisados.

Assim é que inicia ilustrando com julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação nº 0207776-78.2011.8.26.0000) no qual considerada ilegal a cobrança da tarifa de cadastro, de inclusão de gravame eletrônico e de avaliação de bem.

A primeira e a última dessas tarifas, conforme se lê do contrato de fls. 18/20, constaram do contrato (*tarifa de cadastro de R\$ 509,00 e tarifa de avaliação de bem de R\$ 193,00*).

Sua cobrança, contudo, não esbarra em ilegalidade, porquanto constaram do contrato.

Ademais, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim se posicionou: “*TARIFAS BANCÁRIAS - Previsão contratual da cobrança de Tarifa de Cadastro e Registro de Contrato, com a especificação de seus valores - Ausência de demonstração de vício de consentimento quando da assinatura do pacto ou da abusividade de tais custos - Resolução nº 3.919/11 do Bacen - Legalidade da cobrança*” (cf. Ap. nº 0001721-64.2011.8.26.0369 - 38ª

² www.esaj.tjsp.jus.br

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

⁵ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁶ www.stj.jus.br/SCON



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Câmara de Direito Privado TJSP - 26/09/2012 ⁷).

E quanto à tarifa de serviços de terceiro, à tarifa de registro de contrato e tarifa de avaliação de bem, que constam do contrato: *"Ação revisional. Procedência parcial. Contrato de financiamento. Tarifas de abertura de cadastro, de serviço de terceiros, registro de contrato e avaliação do bem. Pactuação e ausência de abuso"* (cf. Ap. nº 0005189-40.2011.8.26.0400 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/05/2012 ⁸).

A seguir, sem que houvesse causa de pedir, ou seja, sem que tivesse a autora articulado a descrição do fato e do fundamento jurídico na petição inicial, formula, a autora, pedido de que haja *"apuração de valores cobrados indevidamente"*, referindo-se, aí, à comissão de permanência (sic. – fls. 11).

Valha-nos, então, a mesma já indicada solução dada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no sentido de que *"insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações"* (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator).

Ainda na leitura do pedido, verifica-se que a autora postula *"explicações"* (sic.) *"referente a outras cláusulas de caráter adesivo, como antecipação de vencimento, comissão de permanência, TAC, TEC, taxas de emissão de boletos"* (sic.).

Essas tarifas, entretanto, não foram cobradas, e, ainda que tivessem sido, não pode a parte pretender utilizar-se do processo para obtenção de meras *"explicações"*, com o devido respeito.

Em resumo, a ação é improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 03 de junho de 2014.

⁷ www.esaj.tjsp.jus.br

⁸ www.esaj.tjsp.jus.br